

DIREITOS E RESPONSABILIDADES DOS PAIS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Aviso de salvaguardas
processuais Agosto de 2023

Distrito Escolar do Condado de Charleston
Departamento de Crianças Excepcionais
75 Calhoun Street Charleston, SC 29401
Telefone: 843-937-6500
Beverly Holt-Pilkey, Diretora Executiva

Parte B AVISO DE SALVAGUARDAS PROCEDURAL

A Lei de Educação de Indivíduos com Deficiências (IDEA), a lei federal relativa à educação de alunos com deficiência, exige que as escolas forneçam a vocês, pais de uma criança com deficiência, um aviso contendo uma explicação completa das salvaguardas processuais disponíveis sob a IDEA e os regulamentos do Departamento de Educação dos EUA. Uma cópia deste aviso deve ser fornecida apenas uma vez no ano letivo, exceto que uma cópia também deve ser fornecida a você: (1) após o encaminhamento inicial ou sua solicitação de avaliação; (2) após o recebimento de sua primeira reclamação estadual de acordo com 34 CFR §§ 300.151 a 300.153 e após o recebimento de sua primeira reclamação de devido processo legal sob §300.507 em um ano escolar; (3) quando uma decisão é tomada para tomar uma ação disciplinar contra seu filho que constitui uma mudança de inclusão; e (4) mediante sua solicitação. [34 CFR §300.504(a)]

Este aviso de salvaguardas processuais deve incluir uma explicação completa de todas as salvaguardas processuais disponíveis sob §300.148 (inclusão unilateral de uma criança em uma escola privada com despesas públicas), §§300.151 a 300.153 (procedimentos de reclamação do Estado), §300.300 (consentimento dos pais), §§300.502 e 300.503 (PEI e notificação prévia por escrito), §§300.505 a 300.518 (outras salvaguardas processuais, por exemplo, mediação, reclamações de devido processo legal, processo de resolução e audiência imparcial de devido processo legal), §§300.530 a 300.536 (processual salvaguardas na Subparte E dos regulamentos da Parte B), e §§300.610 a 300.625 (disposições sobre confidencialidade de informações na Subparte F).

Para obter ajuda adicional para entender seus direitos, entre em contato com:

| |
|--|
| <p>Distrito Escolar do Condado de Charleston Departamento de Crianças Excepcionais 75 Calhoun Street Charleston, SC 29401 (843) 937-6500</p> |
|--|

| | |
|---|--|
| <p>Centro de treinamento e recursos para pais 1575 Savannah Highway, Suite 6 Charleston, South Carolina 29407 843-266-1318</p> | <p>Escritório de serviços de educação especial Departamento de Educação da Carolina do Sul Blanding Street 1919 Columbia, South Carolina 29201 803-734-8783 (escritório) Linha de ajuda gratuita: 1-866-628-0910</p> |
| <p>PRO-Parents 652 Bush River Road, Suite 218 Columbia, South Carolina 29210 1-800-759-4776 803-772-5688 (Columbia)</p> | <p>Disability Rights South Carolina (DRSC) www.disabilityrightssc.org telefone (866) 275-7273 local (803) 782-0639 TTY (866) 232-4525 http://www.disabilityrightssc.org/</p> |
| <p>Family Connection of South Carolina, Inc. 2712 Middleburg Drive, Suite 103 Columbia, South Carolina 29204 803-252-0914</p> | <p>Able South Carolina 136 Stonemark Lane Suite 100 Columbia, SC 29210 800-681-6805 TTY: 803-779-0949 x 330</p> |

Índice

| | |
|---|-----------|
| <i>Informações gerais</i> | 3 |
| Aviso prévio por escrito | 3 |
| Idioma nativo | 4 |
| Correio eletrônico | 4 |
| Consentimento dos pais - definição | 4 |
| Consentimento dos pais | 5 |
| Revogação de consentimento | 7 |
| Avaliações educacionais independentes | 7 |
| <i>Confidencialidade de informações</i> | 9 |
| Definições | 9 |
| Pessoalmente identificável | 9 |
| Aviso aos pais | 10 |
| Notificação anual de uso de benefícios públicos (Medicaid) ou seguro privado para pagar por serviços de acordo com a IDEA | 11 |
| Direitos de acesso | 12 |
| Registro de acesso | 12 |
| Registros sobre mais de uma criança | 12 |
| Listas de tipos e localizações de informações | 12 |
| Honorários | 13 |
| Alteração de registros a pedido dos pais | 13 |
| Oportunidade de audiência | 13 |
| Procedimentos de audiência | 13 |
| Resultado da audiência | 13 |
| Consentimento para divulgação de informações de identificação pessoal | 14 |
| Salvaguardas | 14 |
| Destruição de informações | 15 |
| <i>Procedimentos de reclamação estadual</i> | 15 |
| Diferenças entre os procedimentos para reclamações e audiências do devido processo legal e reclamações estaduais | 15 |
| Adoção de procedimentos de reclamação estaduais | 15 |
| Procedimentos mínimos de reclamação estadual | 16 |
| Abertura de uma reclamação estadual | 17 |
| <i>Procedimentos de reclamação de devido processo legal</i> | 18 |
| Abertura de uma reclamação de devido processo legal | 18 |
| Reclamação de devido processo legal | 19 |
| Modelos de formulários | 21 |
| Mediação | 21 |
| Processo de resolução | 22 |
| <i>Audiências sobre reclamações do devido processo legal</i> | 25 |
| Audiência imparcial de devido processo legal | 25 |
| Direitos da audiência | 26 |
| Decisões da audiência | 27 |

| | |
|--|-----------|
| Recursos | 28 |
| Finalidade da decisão; recurso; revisão imparcial | 28 |
| Cronogramas e conveniência de audiências e análises | 29 |
| Ações civis, incluindo o prazo para protocolar essas ações | 29 |
| A inclusão da criança enquanto a reclamação do devido processo legal e a audiência estão pendentes | 31 |
| Taxas do advogado | 31 |
| Procedimentos ao disciplinar crianças com deficiência | 33 |
| Autoridade dos funcionários da escola | 33 |
| Mudança de inclusões devido a remoções disciplinares | 36 |
| Determinação da configuração | 37 |
| Recurso | 37 |
| Recursos | 38 |
| inclusão durante recursos | 38 |
| Proteções para crianças ainda não qualificadas para educação especial e serviços relacionados | 38 |
| Encaminhamento e ação das autoridades judiciais e policiais | 39 |
| Requisitos para inclusão unilateral por pais de crianças em escolas privadas para despesas públicas | 40 |
| Geral | 40 |
| Conclusão | 42 |

Informações gerais

Aviso prévio por escrito

34 CFR §300.503

Aviso

O distrito escolar do condado de Charleston deve notificá-lo por escrito (fornecer algumas informações por escrito), dentro de um período de tempo razoável:

1. Propõe iniciar ou alterar a identificação, avaliação ou inclusão educacional de seu filho, ou o fornecimento de uma educação pública apropriada gratuita (FAPE) para seu filho; **ou**
2. Recusa-se a iniciar ou alterar a identificação, avaliação ou inclusão educacional de seu filho, ou a provisão da FAPE para seu filho.

Conteúdo do aviso

O aviso por escrito deve:

1. Descrever a ação que o distrito escolar do condado de Charleston propõe ou se recusa a realizar;
2. Explicar por que o distrito escolar do condado de Charleston está propondo ou se recusando a tomar a ação;
3. Descrever cada procedimento de avaliação, registro ou relatório do distrito escolar do condado de Charleston usado na decisão de propor ou recusar a ação;
4. Incluir uma declaração de que você tem proteção sob as disposições de salvaguardas processuais na Parte B da IDEA;
5. Dizer como você pode obter uma descrição das salvaguardas do procedimento se a ação que o Distrito Escolar do Condado de Charleston está propondo ou recusando não for uma referência inicial para avaliação;
6. Incluir recursos para você entrar em contato para obter ajuda no entendimento da Parte B da IDEA;
7. Descrever quaisquer outras opções que a equipe do programa de educação individualizada (PEI) do seu filho considerou e os motivos pelos quais essas opções foram rejeitadas; **e**
8. Fornecer uma descrição de outros motivos pelos quais o distrito escolar do condado de Charleston propôs ou recusou a ação.

Aviso em linguagem compreensível

O aviso deve ser:

1. Escrito em linguagem compreensível para o público em geral; **e**
2. Fornecido em seu idioma nativo ou outro modo de comunicação que você usa, a menos que seja claramente impossível fazê-lo.

Se o seu idioma nativo ou outro modo de comunicação não for um idioma escrito, o distrito escolar do condado de Charleston deve garantir que:

1. O aviso seja traduzido para você oralmente ou por outros meios em seu idioma nativo ou outro modo de comunicação;
2. Você compreenda o conteúdo do aviso; **e**
3. Haja evidência escrita de que os requisitos dos parágrafos 1 e 2 foram atendidos.

Idioma nativo

34 CFR § 300.29

Idioma nativo, quando usado em relação a um indivíduo com proficiência limitada em inglês, significa o seguinte:

1. O idioma normalmente usado por essa pessoa ou, no caso de uma criança, o idioma normalmente usado pelos pais da criança;
2. Em todo contato direto com uma criança (incluindo avaliação da criança), o idioma normalmente usado pela criança em casa ou no ambiente de aprendizagem.

Para uma pessoa com surdez ou cegueira, ou para uma pessoa sem linguagem escrita, o modo de comunicação é o que a pessoa normalmente usa (como linguagem de sinais, Braille ou comunicação oral).

Correio eletrônico

34 CFR §300.505

Se o distrito escolar do condado de Charleston oferecer aos pais a opção de receber documentos por e-mail, você pode optar por receber o seguinte por e-mail:

1. Aviso prévio por escrito;
2. Aviso de salvaguardas de procedimentos; **e**
3. Avisos relacionados a uma reclamação de devido processo legal.

Consentimento dos pais - definição

34 CFR §300.9

Consentimento

Consentimento significa:

1. Você foi totalmente informado em seu idioma nativo ou outro meio de comunicação (como linguagem de sinais, Braille ou comunicação oral) de todas as informações sobre a ação para a qual está dando consentimento.
2. Você entende e concorda por escrito com essa ação, e o consentimento descreve essa ação e lista os registros, se houver, que serão liberados e para quem; **e**
3. Você entende que o consentimento é voluntário de sua parte e que pode retirá-lo a qualquer momento.

Consentimento dos pais

34 CFR §300.300

Consentimento para avaliação inicial

O distrito escolar do condado de Charleston não pode conduzir uma avaliação inicial de seu filho para determinar se ele é elegível, sob a Parte B da IDEA, para receber educação especial e serviços relacionados, sem primeiro fornecer a você um aviso prévio por escrito da ação proposta e obter seu consentimento, conforme descrito nos títulos **Aviso prévio por escrito** e **Consentimento dos pais**.

O distrito escolar do condado de Charleston deve fazer esforços razoáveis para obter seu consentimento informado para uma avaliação inicial para decidir se seu filho é uma criança com deficiência.

Seu consentimento para a avaliação inicial não significa que você também deu seu consentimento para que o distrito escolar do condado de Charleston comece a fornecer educação especial e serviços relacionados a seu filho.

O distrito escolar do condado de Charleston não pode usar sua recusa em consentir com um serviço ou atividade relacionada à avaliação inicial, como base para negar a você ou ao seu filho qualquer outro serviço, benefício ou atividade, a menos que outro requisito da Parte B exija o distrito escolar do condado de Charleston para fazer isso.

Se seu filho está matriculado em uma escola pública ou você está tentando matriculá-lo em uma escola pública e se recusou a dar consentimento ou não respondeu a uma solicitação de consentimento para uma avaliação inicial, o distrito escolar do condado de Charleston pode, mas não é obrigado, conduzir uma avaliação inicial de seu filho usando a mediação da IDEA ou reclamação de devido processo legal, reunião de resolução e procedimentos imparciais de audiência de justo processo. O distrito escolar do condado de Charleston não violará suas obrigações de localizar, identificar e avaliar seu filho se não fizer uma avaliação de seu filho nessas circunstâncias.

Regras especiais para avaliação inicial de tutela do Estado

Se uma criança está sob a tutela do Estado e não mora com os pais -

O distrito escolar do condado de Charleston não precisa do consentimento dos pais para uma avaliação inicial para determinar se a criança é uma criança com deficiência se:

1. Apesar dos esforços razoáveis para fazer isso, o distrito escolar do condado de Charleston não consegue encontrar o pai ou a mãe da criança;
2. Os direitos dos pais foram rescindidos de acordo com a lei estadual; **ou**
3. Um juiz atribuiu o direito de tomar decisões educacionais a uma pessoa, que não seja o pai ou a mãe, e esse indivíduo deu consentimento para uma avaliação inicial.

Tutela do Estado, conforme usado na IDEA, significa uma criança que, conforme determinado pelo Estado onde a criança vive, é:

1. Um filho adotivo;
2. Considerada uma tutela pelo Estado segundo a legislação estadual; **ou**
3. Está sob custódia de uma agência pública de assistência à infância.

Há uma exceção que você deve conhecer. *Tutela do Estado* não inclui um filho adotivo que tem um pai ou mãe adotiva que atenda à definição de *pai ou mãe* conforme usado na IDEA.

Consentimento dos pais para serviços

O distrito escolar do condado de Charleston deve obter seu consentimento informado antes de fornecer educação especial e serviços relacionados a seu filho pela primeira vez.

O distrito escolar do condado de Charleston deve envidar esforços razoáveis para obter seu consentimento informado, antes de fornecer educação especial e serviços relacionados a seu filho pela primeira vez.

Se você não responder a uma solicitação para fornecer seu consentimento para que seu filho receba educação especial e serviços relacionados pela primeira vez, ou se você se recusar a dar tal consentimento ou posteriormente revogar (cancelar) seu consentimento por escrito, o distrito escolar do condado de Charleston não pode usar as salvaguardas processuais (ou seja, mediação, reclamação de devido processo legal, reunião de resolução ou uma audiência de devido processo legal imparcial) visando obter um acordo ou uma decisão de que a educação especial e os serviços relacionados (recomendados pela Equipe do PEI de seu filho) podem ser fornecido ao seu filho sem o seu consentimento.

Se você se recusar a dar seu consentimento para que seu filho receba educação especial e serviços relacionados pela primeira vez, ou se você não responder a uma solicitação para fornecer tal consentimento ou posteriormente revogar (cancelar) seu consentimento por escrito, e o distrito escolar do condado de Charleston não fornece ao seu filho educação especial e serviços relacionados para os quais solicitou o seu consentimento, o distrito escolar do condado de Charleston:

1. Não está em violação do requisito de disponibilizar uma educação pública apropriada gratuita (FAPE) para seu filho por não fornecer esses serviços a seu filho; **e**
2. Não é necessário ter uma reunião de programa de educação individualizada (PEI) ou desenvolver um PEI para seu filho para a educação especial e serviços relacionados para o qual seu consentimento foi solicitado.

Se você revogar (cancelar) seu consentimento por escrito a qualquer momento depois que seu filho receber educação especial e serviços relacionados pela primeira vez, o distrito escolar pode não continuar a fornecer tais serviços, mas deve fornecer a você um aviso prévio por escrito, conforme descrito sob o título **Aviso prévio por escrito**, antes de descontinuar esses serviços

Consentimento dos pais para reavaliações

O distrito escolar do condado de Charleston deve obter seu consentimento informado antes de reavaliar seu filho, a menos que o distrito escolar do condado de Charleston possa demonstrar que:

1. Foram tomadas medidas razoáveis para obter seu consentimento para a reavaliação de seu filho; **e**
2. Você não respondeu.

Se você se recusar a consentir com a reavaliação do seu filho, o distrito escolar do condado de Charleston pode, mas não é obrigado a, buscar a reavaliação do seu filho usando a mediação, reclamação do devido processo legal, reunião de resolução e procedimentos de audiência do devido processo legal imparcial para tentar substituir recusa em consentir com a reavaliação de seu filho. Tal como acontece com as avaliações iniciais, o distrito escolar do condado de Charleston não viola suas obrigações sob a Parte B da IDEA caso se recuse a buscar a reavaliação dessa maneira.

Documentação de esforços razoáveis para obter o consentimento dos pais

Sua escola deve manter a documentação de esforços razoáveis para obter seu consentimento para as avaliações iniciais, para fornecer educação especial e serviços

relacionados pela primeira vez, para uma reavaliação e para localizar pais de tutelados do estado em avaliações iniciais. A documentação deve incluir um registro das tentativas do distrito escolar do Condado de Charleston nessas áreas, como:

1. Registros detalhados de chamadas telefônicas feitas ou tentadas e os resultados dessas chamadas;
2. Cópias da correspondência enviada a você e todas as respostas recebidas; **e**
3. Registros detalhados das visitas feitas à sua casa ou local de trabalho e os resultados dessas visitas.

Outros requisitos de consentimento

Seu consentimento não é exigido antes que o distrito escolar do condado de Charleston possa:

1. Rever os dados existentes como parte da avaliação ou reavaliação de seu filho; **ou**
2. Dar a seu filho um teste ou outra avaliação que seja aplicada a todas as crianças, a menos que, antes desse teste ou avaliação, seja necessário o consentimento dos pais de todas as crianças.

Se você matriculou seu filho em uma escola particular por conta própria ou se está ensinando seu filho em casa e não dá o seu consentimento para a avaliação inicial de seu filho ou reavaliação de seu filho, ou você não responde a uma pedido para fornecer seu consentimento, o distrito escolar do condado de Charleston não pode usar seus procedimentos de resolução de disputas (ou seja, mediação, reclamação de devido processo legal, reunião de resolução ou uma audiência de justo processo imparcial) e não é obrigado a considerar seu filho como elegível para receber serviços de equidade (serviços disponibilizados a algumas crianças de escolas privadas colocadas pelos pais com deficiência).

Revogação de consentimento

Se desejar revogar (cancelar) seu consentimento depois que seu filho começar a receber educação especial e serviços relacionados, você deve fazê-lo por escrito. Sua retirada de consentimento não nega (desfaz) uma ação que ocorreu depois que você deu seu consentimento, mas antes de retirá-lo. Além disso, o distrito escolar do condado de Charleston não é obrigado a corrigir (alterar) os registros educacionais de seu filho para remover quaisquer referências de que seu filho recebeu educação especial e serviços relacionados após sua retirada de consentimento. O distrito escolar deve fornecer a você um aviso prévio por escrito, conforme descrito no título Aviso Prévio por Escrito, antes de interromper esses serviços.

Avaliações educacionais independentes

34 CFR §300.502

Geral

Conforme descrito abaixo, você tem o direito de obter uma avaliação educacional independente (IEE) de seu filho, se discordar da avaliação obtida pelo distrito escolar do condado de Charleston.

Se você solicitar uma avaliação educacional independente, o distrito escolar do condado de Charleston deve fornecer informações sobre onde você pode obter uma avaliação educacional independente e sobre os critérios do distrito escolar do condado de Charleston que se aplicam às avaliações educacionais independentes.

Definições

Avaliação educacional independente significa uma avaliação conduzida por um examinador qualificado que não é funcionário do distrito escolar do condado de

Charleston responsável pela educação de seu filho.

Despesa pública significa que o distrito escolar do condado de Charleston paga o custo total da avaliação, ou garante que a avaliação seja fornecida sem nenhum custo para você, de acordo com as disposições da Parte B da IDEA, que permite que cada estado use quaisquer fontes de apoio estaduais, locais, federais e privadas disponíveis no estado para atender aos requisitos da Parte B da lei.

Direito à avaliação com despesa pública

Você tem o direito a uma avaliação educacional independente de seu filho com despesas públicas se discordar de uma avaliação de seu filho obtida pelo distrito escolar do condado de Charleston, sujeito às seguintes condições:

1. Se você solicitar uma avaliação educacional independente de seu filho com despesas públicas, o distrito escolar do condado de Charleston deve, sem atrasos desnecessários escolher: (a) Apresentar uma reclamação de justo processo para solicitar uma audiência para mostrar que a avaliação do seu filho é apropriada; ou (b) fornecer uma avaliação educacional independente com despesas públicas, a menos que o distrito escolar do condado de Charleston demonstre em uma audiência que a avaliação de seu filho que você obteve não atendeu aos critérios do distrito escolar do condado de Charleston.
2. Se o distrito escolar do condado de Charleston solicitar uma audiência, e a decisão final for que a avaliação do seu filho pelo distrito escolar do condado de Charleston é apropriada, você ainda tem o direito a uma avaliação educacional independente, mas não com despesas públicas.
3. Se você solicitar uma avaliação educacional independente de seu filho, o distrito escolar do condado de Charleston pode perguntar por que você se opõe à avaliação de seu filho obtida pelo distrito escolar do condado de Charleston. No entanto, o distrito escolar do condado de Charleston não pode exigir uma explicação e não pode atrasar injustificadamente o fornecimento da avaliação educacional independente de seu filho com despesas públicas ou o preenchimento de uma reclamação do devido processo legal, para solicitar uma audiência do devido processo legal e defender a avaliação do distrito escolar do condado de Charleston sobre a criança.
4. Você tem direito a apenas uma avaliação educacional independente de seu filho com despesas públicas cada vez que o distrito escolar do condado de Charleston conduz uma avaliação de seu filho da qual você discorda.

Avaliações iniciadas pelos pais

Se você obtiver uma avaliação educacional independente de seu filho com despesas públicas ou compartilhar com o distrito escolar do condado de Charleston uma avaliação de seu filho obtida com despesas privadas:

1. O distrito escolar do condado de Charleston deve considerar os resultados da avaliação de seu filho, se atender aos critérios do distrito escolar do condado de Charleston para avaliações educacionais independentes, em qualquer decisão tomada com relação ao oferecimento de educação pública apropriada gratuita (FAPE) para seu filho; e
2. Você ou o distrito escolar do condado de Charleston podem apresentar a avaliação como prova em uma audiência de devido processo legal referente ao seu filho.

Pedidos de avaliações por oficiais de audiência

Se um oficial de audiência solicitar uma avaliação educacional independente de seu filho como parte de uma audiência de devido processo legal, o custo da avaliação deverá ser pago pelo governo.

Crítérios do distrito escolar do condado de Charleston

Se uma avaliação educacional independente for com despesas públicas, os critérios sob os quais a avaliação é obtida, incluindo a localização da avaliação e as qualificações do examinador, devem ser os mesmos que os critérios que o distrito escolar do condado de Charleston usa quando inicia uma avaliação (na medida em que esses critérios sejam consistentes com seu direito a uma avaliação educacional independente).

Exceto pelos critérios descritos acima, o distrito escolar do condado de Charleston não pode impor condições ou prazos relacionados à obtenção de uma avaliação educacional independente com despesas públicas.

Confidencialidade de informações

Definições

34 CFR §300.611

Conforme usado sob o título **Confidencialidade de informações**:

- *Destruição* significa destruição física ou remoção de identificadores pessoais das informações de forma que as informações não sejam mais identificáveis pessoalmente.
- *Registros de educação* significa o tipo de registro coberto pela definição de "registros de educação" em 34 CFR Parte 99 (os regulamentos que implementam a Lei de Privacidade e Direitos Educacionais da Família de 1974, 20 U.S.C. 1232g (FERPA)).
- *Agência participante* significa qualquer distrito escolar, agência ou instituição que coleta, mantém ou usa informações de identificação pessoal, ou da qual as informações são obtidas, de acordo com a Parte B da IDEA.

Pessoalmente identificável

34 CFR §300.32

Pessoalmente identificável significa informações que incluem:

- (a) O nome do seu filho, seu nome como pai ou mãe, ou o nome de outro membro da família;
- (b) O endereço do seu filho;
- (c) Um identificador pessoal, como o número do seguro social do seu filho ou número do aluno; **ou**
- (d) Uma lista de características pessoais ou outras informações que tornariam possível identificar seu filho com razoável certeza.

Aviso aos pais

34 CFR §300.612

A Agência Educacional Estadual deve fornecer um aviso adequado para informar totalmente os pais sobre a confidencialidade das informações de identificação pessoal, incluindo:

1. Uma descrição do grau de divulgação do edital nas línguas nativas dos diversos grupos populacionais do Estado;
2. Uma descrição das crianças sobre as quais são mantidas informações de identificação pessoal, os tipos de informações buscadas, os métodos que o Estado pretende usar para coletar as informações (incluindo as fontes de onde as informações são coletadas) e os usos a serem feitos das informações ;
3. Um resumo das políticas e procedimentos que as agências participantes devem seguir em relação ao armazenamento, divulgação a terceiros, retenção e destruição de informações de identificação pessoal; e
4. Uma descrição de todos os direitos dos pais e filhos em relação a essas informações, incluindo os direitos sob a Lei de Privacidade e Direitos Educacionais da Família (FERPA) e seus regulamentos de implementação em 34 CFR Parte 99.

Antes de qualquer atividade importante para identificar, localizar ou avaliar crianças com necessidade de educação especial e serviços relacionados (também conhecido como "criança encontrar"), o aviso deve ser publicado ou anunciado em jornais ou outros meios de comunicação, ou ambos, com circulação adequada para notificar os pais em todo o Estado sobre essas atividades.

Notificação anual de uso de benefícios públicos (Medicaid) ou seguro privado para pagar por serviços de acordo com a IDEA

Esta notificação é para informar a você sobre a intenção do distrito escolar do condado de Charleston e do Departamento de Educação da Carolina do Sul (SCDE) de cobrar o Medicaid e/ou seguro de terceiros e receber o pagamento do Medicaid e/ou qualquer seguradora terceirizada pelos serviços, conforme permitido pela Lei de Educação de Indivíduos com Deficiências (IDEA), e conforme estabelecido no programa de educação individualizada (PEI) de seu filho. O Distrito e o SCDE podem cobrar ao Medicaid ou a uma seguradora terceirizada por serviços de diagnóstico e avaliação psicológica, serviços de saúde comportamental, serviços de enfermagem e outros exames relacionados à saúde e serviços de tratamento faturáveis ao Medicaid ou a uma seguradora terceirizada com ou sem o requisito de um PEI. O Distrito deve fornecer este aviso a você antes de solicitar seu consentimento para faturar o Medicaid e/ou qualquer seguradora terceirizada uma vez por ano pelos serviços que o Distrito fornecerá no futuro.

Este documento também serve como aviso de que o Distrito e o SCDE divulgarão e trocarão informações médicas, psicológicas e outras informações confidenciais de identificação pessoal, conforme necessário, para o Departamento de Saúde e Serviços Humanos da Carolina do Sul e qualquer seguradora terceirizada aplicável em relação aos serviços fornecido ao seu filho.

O reembolso do seguro do Medicaid e de terceiros para serviços faturáveis fornecidos pelo Distrito não afetará quaisquer outros serviços do Medicaid ou benefícios de seguro para os quais seu filho seja elegível. O distrito não pode cobrar o Medicaid ou o programa de seguro do seu filho se isso diminuir a cobertura vitalícia disponível ou qualquer outro benefício de seguro, resultar no pagamento da família por serviços que de outra forma seriam cobertos, aumentar seus prêmios de seguro ou perder a elegibilidade para programas dispensados. Você não é responsável pelo pagamento de quaisquer franquias, copagamentos ou cosseguro pendentes relacionados ao Medicaid de cobrança distrital ou ao programa de seguro do seu filho por serviços prestados pelo Distrito. Seu filho receberá os serviços listados no PEI independentemente de seu filho ser coberto por programas de seguro público ou privado e independentemente de você fornecer consentimento para acessar esses benefícios. Sua recusa em fornecer consentimento para divulgar informações de identificação pessoal ao Medicaid ou a qualquer seguradora terceirizada não isenta o Distrito de sua responsabilidade de garantir que todos os serviços necessários sejam fornecidos sem nenhum custo para você.

Qualquer consentimento anterior, atual ou futuro para faturar o seguro do Medicaid ou de terceiros é voluntário e você pode revogá-lo a qualquer momento. Se você optar por revogar o consentimento, essa revogação não é retroativa (ou seja, não nega uma ação que ocorreu depois que o consentimento foi dado e antes que o consentimento fosse revogado). O Distrito e o SCDE continuarão a operar de acordo com as diretrizes da Lei de Privacidade e Direitos Educacionais da Família (FERPA) para garantir a confidencialidade em relação ao tratamento e prestação de serviços de seu filho.

Para perguntas ou dúvidas, entre em contato:
Elizabeth Glover, Gerente do Medicaid
721 Wappoo Road, Charleston, SC 29407
(843) 402-7860

Direitos de acesso

34 CFR §300.613

A agência participante deve permitir que você inspecione e analise todos os registros educacionais relacionados ao seu filho que são coletados, mantidos ou usados pelo distrito escolar do condado de Charleston de acordo com a Parte B da IDEA. A agência participante deve cumprir sua solicitação para inspecionar e revisar quaisquer registros educacionais de seu filho sem atrasos desnecessários e antes de qualquer reunião sobre um programa educacional individualizado (PEI), ou qualquer audiência de devido processo legal imparcial (incluindo uma reunião de resolução ou uma audiência sobre disciplina), e em nenhum caso mais de 45 dias corridos após você ter feito um pedido.

Seu direito de inspecionar e revisar os registros educacionais inclui:

1. Seu direito a uma resposta da agência participante às suas solicitações razoáveis de explicações e interpretações dos registros;
2. Seu direito de solicitar que a agência participante forneça cópias dos registros se você não puder efetivamente inspecionar e revisar os registros, a menos que receba essas cópias; e
3. Seu direito de que seu representante inspecione e analise os registros.

A agência participante pode presumir que você tem autoridade para inspecionar e revisar os registros relativos ao seu filho, a menos que seja informado de que não tem autoridade de acordo com a legislação estadual aplicável que rege questões como guarda, separação e divórcio.

Registro de acesso

34 CFR §300.614

Cada agência participante deve manter um registro das partes obtendo acesso aos registros educacionais coletados, mantidos ou usados sob a Parte B da IDEA (exceto o acesso pelos pais e funcionários autorizados da agência participante), incluindo o nome da parte, a data em que o acesso foi concedido, e a finalidade para a qual a parte está autorizada a usar os registros.

Registros sobre mais de uma criança

34 CFR §300.615

Se qualquer registro educacional incluir informações sobre mais de uma criança, os pais dessas crianças têm o direito de inspecionar e revisar apenas as informações relativas a seus filhos ou de ser informados dessas informações específicas.

Listas de tipos e localizações de informações

34 CFR §300.616

Mediante solicitação, cada agência participante deve fornecer a você uma lista dos tipos e locais de registros educacionais coletados, mantidos ou usados pela agência.

Honorários

34 CFR §300.617

Cada agência participante pode cobrar uma taxa pelas cópias dos registros feitos para você de acordo com a Parte B da IDEA, se a taxa não impedir você de exercer o seu direito de inspecionar e revisar esses registros.

Uma agência participante não pode cobrar uma taxa para pesquisar ou recuperar informações de acordo com a Parte B da IDEA.

Alteração de registros a pedido dos pais

34 CFR §300.618

Se você acredita que as informações nos registros educacionais sobre o seu filho foram coletadas, mantidas ou usadas na Parte B da IDEA são imprecisas, enganosas ou violam a privacidade ou outros direitos do seu filho, você pode solicitar à agência participante que retém as informações para alterar as informações.

A agência participante deve decidir se altera as informações de acordo com sua solicitação dentro de um período razoável de tempo após o recebimento de sua solicitação.

Se a agência participante se recusar a alterar as informações de acordo com sua solicitação, ela deve informar você da recusa e informar sobre seu direito a uma audiência, conforme descrito no título ***Oportunidade de audiência***.

Oportunidade de audiência

34 CFR §300.619

A agência participante deve, mediante solicitação, fornecer a você a oportunidade de uma audiência para contestar informações nos registros educacionais sobre seu filho para garantir que não sejam imprecisas, enganosas ou de outra forma violem a privacidade ou outros direitos de seu filho.

Procedimentos de audiência

34 CFR §300.621

Uma audiência para contestar informações em registros educacionais deve ser conduzida de acordo com os procedimentos para tais audiências sob a Lei de Direitos Educacionais e Privacidade da Família (FERPA).

Resultado da audiência

34 CFR §300.62

Se, como resultado da audiência, a agência participante decidir que as informações são imprecisas, enganosas, ou de outra forma, violam a privacidade ou outros direitos de seu filho, ela deve alterar as informações de acordo e informá-lo por escrito.

Se, como resultado da audiência, a agência participante decidir que as informações não são imprecisas, enganosas ou de outra forma violam a privacidade ou outros direitos de seu filho, ela deve informar a você do seu direito de colocar nos registros que mantém sobre seu filho uma declaração comentando as informações ou fornecendo quaisquer razões pelas quais você discorda da decisão da agência participante.

Tal explicação colocada nos registros de seu filho deve:

1. Ser mantida pela agência participante como parte dos registros de seu filho, desde que o registro ou parte contestada seja mantida pela agência participante; **e**
2. Se a agência participante divulgar os registros de seu filho ou as informações contestadas a qualquer parte, a explicação também deve ser divulgada a essa parte.

Consentimento para divulgação de informações de identificação pessoal

34 CFR §300.622

A menos que as informações estejam contidas em registros educacionais, e a divulgação seja autorizada sem o consentimento dos pais de acordo com a Lei de Direitos Educacionais e Privacidade da Família (FERPA), seu consentimento deve ser obtido antes que as informações de identificação pessoal sejam divulgadas a outras partes que não sejam funcionários das agências participantes. Exceto nas circunstâncias especificadas abaixo, seu consentimento não é necessário antes que informações de identificação pessoal sejam liberadas para funcionários de agências participantes com o objetivo de cumprir um requisito da Parte B da IDEA.

Seu consentimento, ou o consentimento de uma criança elegível que atingiu a maioridade segundo a lei estadual, deve ser obtido antes que as informações de identificação pessoal sejam liberadas para funcionários das agências participantes que fornecem ou pagam por serviços de transição.

Se seu filho está em, ou vai estudar, uma escola particular que não está localizada no mesmo distrito escolar em que você reside, seu consentimento deve ser obtido antes que qualquer informação pessoal identificável sobre seu filho seja divulgada entre funcionários no distrito escolar onde a escola particular está localizada e entre funcionários do distrito escolar onde você reside.

Salvaguardas

34 CFR §300.623

Cada agência participante deve proteger a confidencialidade das informações pessoalmente identificáveis nas etapas de coleta, armazenamento, divulgação e destruição.

Um funcionário de cada agência participante deve assumir a responsabilidade de garantir a confidencialidade de todas as informações de identificação pessoal.

Todas as pessoas que coletam ou usam informações de identificação pessoal devem receber treinamento ou instrução sobre as políticas e procedimentos do seu estado em relação à confidencialidade sob a Parte B da IDEA e a Lei dos Direitos Educacionais e Privacidade da Família (FERPA).

Cada agência participante deve manter, para inspeção pública, uma lista atualizada dos nomes e cargos dos funcionários da agência que podem ter acesso a informações de identificação pessoal.

Destruição de informações

34 CFR §300.624

O distrito escolar do condado de Charleston deve informar a você quando as informações de identificação pessoal coletadas, retidas ou usadas de acordo com a Parte B da IDEA não forem mais necessárias para fornecer serviços educacionais a seu filho.

A informação deve ser destruída a seu pedido. No entanto, um registro permanente do nome, endereço e número de telefone do seu filho, suas notas, registro de frequência, aulas frequentadas, série concluída e ano concluído pode ser mantido sem limitação de tempo.

Procedimentos de reclamação estadual

Diferenças entre os procedimentos para reclamações e audiências do devido processo legal e reclamações estaduais

Os regulamentos da Parte B da IDEA estabelecem procedimentos separados para reclamações estaduais e para reclamações e audiências de devido processo legal. Conforme explicado abaixo, qualquer indivíduo ou organização pode registrar uma reclamação estadual alegando uma violação de qualquer requisito da Parte B pelo distrito escolar do condado de Charleston, a Agência Educacional Estadual ou qualquer outro órgão público. Somente você ou o distrito escolar do condado de Charleston podem registrar uma reclamação de devido processo legal sobre qualquer assunto relacionado a uma proposta ou recusa em iniciar ou alterar a identificação, avaliação ou inclusão educacional de uma criança com deficiência, ou o fornecimento de uma educação pública gratuita apropriada (FAPE) para a criança. Embora a equipe da Agência Educacional Estadual geralmente deva resolver uma reclamação estadual dentro de um prazo de 60 dias corridos, a menos que o prazo seja devidamente estendido, um oficial de audiência imparcial deve ouvir uma reclamação de devido processo legal (se não for resolvida por meio de uma reunião de resolução ou mediação) e emitir uma decisão por escrito no prazo de 45 dias corridos após o final do período de resolução, conforme descrito neste documento sob o título Processo de Resolução, a menos que o oficial de audiência conceda uma prorrogação específica do cronograma a seu pedido ou a pedido do distrito escolar do condado de Charleston. A reclamação estadual e os procedimentos de reclamação, resolução e audiência do devido processo legal são descritos mais detalhadamente abaixo. O Departamento de Educação da Carolina do Sul desenvolveu modelos de formulários para ajudá-lo a registrar uma reclamação de devido processo legal e ajudar você ou outras partes a registrar uma reclamação estadual. Esses formulários podem ser acessados no site do Departamento de Educação da Carolina do Sul em: [Formulários de resolução de disputas](#)

Adoção de procedimentos de reclamação estaduais

34 CFR §300.151

Geral

O Departamento de Educação da Carolina do Sul adotou procedimentos para:

1. Resolver qualquer reclamação, incluindo uma reclamação apresentada por uma organização ou indivíduo de outro Estado;
2. O registro de reclamação no SCDE;
3. Divulgar amplamente os procedimentos de reclamação do estado

para pais e outros indivíduos interessados, incluindo treinamento de pais e centros de informação, agências de proteção e defesa, centros de vida independente e outras entidades apropriadas.

Recursos para negação de serviços apropriados

Ao resolver uma reclamação estadual em que o Departamento de Educação da Carolina do Sul encontrou uma falha na prestação dos serviços apropriados, o Departamento de Educação da Carolina do Sul deve abordar:

1. A falha em prestar serviços apropriados, incluindo ação corretiva apropriada para atender às necessidades da criança (como serviços compensatórios ou reembolso monetário); **e**
2. Fornecimento futuro apropriado de serviços para todas as crianças com deficiência.

Procedimentos mínimos de reclamação estadual

Limite de tempo; procedimentos mínimos

Os procedimentos de reclamação do Estado incluem um limite de tempo de 60 dias corridos após a apresentação da reclamação para:

1. Realizar uma investigação independente no local, se o Departamento de Educação da Carolina do Sul determinar que uma investigação é necessária;
2. Dar ao reclamante a oportunidade de apresentar informações adicionais, oralmente ou por escrito, sobre as alegações na reclamação;
3. Fornecer ao distrito escolar do condado de Charleston ou outro órgão público a oportunidade de responder à reclamação, incluindo, no mínimo: (a) por opção da agência, uma proposta para resolver a reclamação; **e** (b) uma oportunidade para um pai que entrou com uma reclamação e a agência concordar voluntariamente em se envolver na mediação;
4. Revisar todas as informações relevantes e fazer uma determinação independente se o distrito escolar do condado de Charleston ou outro órgão público está violando um requisito da Parte B da IDEA; **e**
5. Emitir uma decisão por escrito ao reclamante que aborde cada alegação na reclamação e contenha: (a) constatações de fatos e conclusões; **e** (b) as razões para a decisão final do Departamento de Educação da Carolina do Sul.

Prorrogação de tempo; decisão final; implementação

Os procedimentos do Departamento de Educação da Carolina do Sul também:

1. Permitem uma prorrogação do limite de tempo de 60 dias corridos apenas se: (a) existirem circunstâncias excepcionais no que diz respeito a uma queixa particular de um Estado; **ou** (b) você e o distrito escolar do condado de Charleston ou outro órgão público envolvido voluntariamente concordarem em prorrogar o tempo para resolver o assunto por meio de mediação ou meios alternativos de resolução de disputas, se disponíveis no Estado.
2. Incluem procedimentos para a implementação efetiva da decisão final do Departamento de Educação da Carolina do Sul, se necessário, incluindo: (a) atividades de assistência técnica; (b) negociações; **e** (c) ações corretivas para alcançar a conformidade.

Reclamações estaduais e audiências do devido processo legal

Se for recebida uma reclamação por escrito do Estado, que também é objeto de uma audiência do devido processo legal, conforme descrito no título **Abertura de uma reclamação do devido processo legal**, ou se a reclamação do Estado contiver vários problemas dos quais um ou mais fazem parte em tal audiência, o Estado deve anular qualquer parte da reclamação estadual que esteja sendo tratada na audiência de devido processo legal até que a audiência termine. Qualquer problema na reclamação do Estado que não faça parte da audiência do devido processo legal deve ser resolvido usando o limite de tempo e os procedimentos descritos acima.

Se uma questão levantada em uma reclamação estadual foi previamente decidida em uma audiência de devido processo legal envolvendo as mesmas partes (por exemplo, você e o distrito escolar do condado de Charleston), então a decisão da audiência de devido processo legal é vinculativa sobre essa questão e o Departamento da Carolina do Sul da Educação deve informar o reclamante de que a decisão é vinculativa.

Uma reclamação alegando que um distrito escolar do condado de Charleston ou outro órgão público não implementou uma decisão de audiência de devido processo legal deve ser resolvida pelo Departamento de Educação da Carolina do Sul.

Abertura de uma reclamação estadual

34 CFR §300.153

Uma organização ou indivíduo pode registrar uma reclamação por escrito assinada pelo Estado de acordo com os procedimentos descritos acima.

A reclamação do Estado deve incluir:

1. Uma declaração de que um distrito escolar do condado de Charleston ou outro órgão público violou um requisito da Parte B da IDEA ou seus regulamentos de implementação na 34 CFR Parte 300;
2. Os fatos em que a declaração se baseia;
3. A assinatura e as informações de contato da parte que apresenta a reclamação; e
4. Se alegar violações em relação a uma criança específica:
 - a. O nome da criança e o endereço da residência da criança;
 - b. O nome da escola que a criança frequenta;
 - c. No caso de uma criança ou jovem desabrigado, os dados de contato disponíveis da criança e o nome da escola que ela frequenta;
 - d. Uma descrição da natureza do problema da criança, incluindo fatos relacionados ao problema; **e**
 - e. Uma proposta de resolução do problema, na medida do conhecido e disponível para a parte que está apresentando a reclamação no momento em que a reclamação é apresentada.

A reclamação deve alegar uma violação que ocorreu não mais de um ano antes da data em que a reclamação foi recebida, conforme descrito no título ***Adoção de procedimentos de reclamação do Estado***.

A parte que está apresentando a queixa estadual deve encaminhar uma cópia da queixa ao distrito escolar do condado de Charleston ou outro órgão público que atende a criança, ao mesmo tempo que a parte registra a queixa no Departamento de Educação da Carolina do Sul.

Procedimentos de reclamação de devido processo legal

Abertura de uma reclamação de devido processo legal

34 CFR §300.507

Geral

Você ou o distrito escolar do condado de Charleston podem registrar uma reclamação de devido processo legal sobre qualquer assunto relacionado a uma proposta ou recusa em iniciar ou alterar a identificação, avaliação ou inclusão educacional de seu filho, ou a provisão de uma educação pública apropriada gratuita (FAPE) para seu filho.

A reclamação do devido processo legal deve alegar uma violação que aconteceu não mais de dois anos antes que você ou o distrito escolar do condado de Charleston soubessem ou deveriam ter sabido sobre a ação alegada que forma a base da reclamação do devido processo legal.

O cronograma acima não se aplica a você, se não for possível registrar uma reclamação de devido processo legal dentro do cronograma porque:

1. O distrito escolar do condado de Charleston declarou falsamente que havia resolvido os problemas identificados na reclamação; **ou**
2. O distrito escolar do condado de Charleston ocultou informações de que era necessário fornecer de acordo com a Parte B da IDEA.

Informação para pais

O distrito escolar do condado de Charleston deve informá-lo de quaisquer serviços jurídicos gratuitos ou de baixo custo e outros serviços relevantes disponíveis na área se você solicitar as informações, **ou** se você ou o distrito escolar do condado de Charleston abrirem uma reclamação de devido processo legal.

Reclamação de devido processo legal

34 CFR §300.508

Geral

Para solicitar uma audiência, você ou o distrito escolar do condado de Charleston (ou seu advogado ou advogado do distrito escolar do condado de Charleston) deve enviar uma reclamação do devido processo legal à outra parte. Essa reclamação deve conter todo o conteúdo listado abaixo e deve ser mantida em sigilo.

Quem quer que registre a reclamação também deve fornecer ao Departamento de Educação da Carolina do Sul uma cópia da reclamação.

Conteúdo da reclamação

A reclamação de devido processo legal deve incluir:

1. O nome da criança;
2. O endereço de residência da criança;
3. O nome da escola da criança;
4. Se a criança for uma criança ou jovem sem-teto, as informações de contato da criança e o nome da escola da criança;
5. Uma descrição da natureza do problema da criança em relação à ação proposta ou recusada, incluindo fatos relacionados ao problema; e
6. Uma proposta de resolução do problema na medida do conhecido e disponível para a parte reclamante (você ou o distrito escolar do condado de Charleston) no momento.

Notificação necessária antes de uma audiência sobre uma reclamação de devido processo legal

Você ou o distrito escolar do condado de Charleston podem não ter uma audiência do devido processo legal até que você ou o distrito escolar do condado de Charleston (ou seu advogado ou o advogado do distrito escolar do condado de Charleston) registre uma reclamação do devido processo legal que inclua as informações listadas acima.

Suficiência de reclamação

Para que uma reclamação de devido processo legal seja encaminhada, ela deve ser considerada suficiente. A reclamação do devido processo legal será considerada suficiente (para atender aos requisitos de conteúdo acima), a menos que a parte que recebe a reclamação do devido processo legal (você ou o distrito escolar do condado de Charleston) notifique o oficial de audiência e a outra parte por escrito, dentro de 15 dias corridos após receber a reclamação, que a parte receptora acredita que a reclamação de devido processo legal não atende aos requisitos listados acima.

Dentro de cinco dias corridos após o recebimento da notificação de que a parte receptora (você ou o distrito escolar do condado de Charleston) considera uma reclamação de devido processo legal insuficiente, o oficial de audiência deve decidir se a reclamação de devido processo legal atende aos requisitos listados acima e notificar você e o distrito escolar do condado de Charleston por escrito imediatamente.

Emenda de reclamação

Você ou o distrito escolar do condado de Charleston podem fazer alterações na reclamação somente se:

1. A outra parte aprova as alterações por escrito e tem a chance de resolver a reclamação de devido processo legal por meio de uma reunião de resolução, descrita no título **Processo de resolução**; ou
2. No máximo cinco dias antes do início da audiência do devido processo legal, o oficial de audiência concede permissão para as alterações.

Se a parte reclamante (você ou o distrito escolar do condado de Charleston) fizer alterações na reclamação do devido processo legal, os prazos para a reunião de resolução (dentro de 15 dias corridos após o recebimento da reclamação) e o período para a resolução (dentro de 30 dias corridos após o recebimento da reclamação) começar novamente na data em que a reclamação alterada for apresentada.

Resposta da agência educacional local (LEA) ou do distrito escolar do condado de Charleston a uma reclamação do devido processo legal

Se o distrito escolar do condado de Charleston não enviou uma notificação prévia por escrito a você, conforme descrito no título **Notificação prévia por escrito**, em relação ao assunto contido em sua reclamação de devido processo legal, o distrito escolar do condado de Charleston deve, dentro de 10 dias corridos após o recebimento da reclamação do devido processo legal, enviar a você uma resposta que inclua:

1. Uma explicação do motivo pelo qual o distrito escolar do condado de Charleston propôs ou se recusou a tomar a ação levantada na reclamação de devido processo legal;
2. Uma descrição de outras opções que a equipe do programa de educação individualizada (PEI) do seu filho considerou e os motivos pelos quais essas opções foram rejeitadas;
3. Uma descrição de cada procedimento de avaliação, avaliação, registro ou relatório do distrito escolar do condado de Charleston usados como base para a ação proposta ou recusada; e
4. Uma descrição dos outros fatores que são relevantes para a ação proposta ou recusada do distrito escolar do condado de Charleston.

Fornecer as informações nos itens de 1 a 4 acima não impede que o distrito escolar do condado de Charleston afirme que sua reclamação de devido processo legal foi insuficiente.

Resposta de outra parte a uma reclamação de devido processo

Exceto conforme declarado no subtítulo imediatamente acima, **Resposta a uma reclamação de devido processo legal pela Agência Educacional Local (LEA) ou distrito escolar do condado de Charleston**, a parte que recebe uma reclamação do devido processo legal deve, no prazo de 10 dias corridos após o recebimento da reclamação, enviar à outra parte uma resposta que trate especificamente dos problemas da reclamação.

Modelos de formulários

34 CFR §300.509

O Departamento de Educação da Carolina do Sul desenvolveu **modelos de formulários** para ajudá-lo a registrar uma reclamação de devido processo legal e ajudar você ou outras partes a registrar uma reclamação estadual. No entanto, o estado ou o distrito escolar do condado de Charleston não podem exigir o uso desses formulários modelo. Você pode usar o formulário modelo ou outro formulário apropriado, desde que contenha as informações necessárias para registrar uma reclamação de devido processo legal ou uma reclamação do Estado. Os formulários podem ser encontrados em: [Formulários de resolução de disputas](#)

Mediação

34 CFR §300.506

Geral

O distrito escolar do condado de Charleston deve desenvolver procedimentos que disponibilizem mediação para permitir que você e o distrito escolar do condado de Charleston resolvam divergências envolvendo qualquer assunto sob a Parte B da IDEA, incluindo questões que surjam antes do arquivamento de uma reclamação de devido processo legal. Assim, a mediação está disponível para resolver disputas sob a Parte B da IDEA, quer você tenha ou não apresentado uma reclamação de devido processo legal para solicitar uma audiência de devido processo legal, conforme descrito no título ***Abertura de uma reclamação de devido processo legal***.

Requisitos

Os procedimentos devem garantir que o processo de mediação:

1. É voluntário de sua parte e da parte do distrito escolar do condado de Charleston;
2. Não é usado para negar ou atrasar o seu direito a uma audiência de devido processo legal, ou para negar quaisquer outros direitos fornecidos na Parte B da IDEA; **e**
3. É conduzido por um mediador qualificado e imparcial, treinado em técnicas eficazes de mediação.

O distrito escolar do condado de Charleston pode desenvolver procedimentos que ofereçam aos pais e escolas que optam por não usar o processo de mediação, uma oportunidade de se encontrar, em um horário e local convenientes para você, com uma parte desinteressada:

1. Quem está sob contrato com uma entidade alternativa apropriada para resolução de disputas, ou um centro de treinamento e informações para pais ou um centro de recursos para pais comunitários no estado; **e**
2. Quem explicaria os benefícios e incentivaria o uso do processo de mediação para você.

O Estado deve manter uma lista de pessoas que sejam mediadores qualificados e conheçam as leis e regulamentos relativos à provisão de educação especial e serviços relacionados. A Agência Educacional Estadual deve selecionar mediadores em uma base aleatória, rotativa ou outra base imparcial.

O Estado é responsável pelos custos do processo de mediação, incluindo os custos das reuniões.

Cada reunião no processo de mediação deve ser agendada em tempo hábil e realizada em um local que seja conveniente para você e para o distrito escolar do condado de Charleston.

Se você e o distrito escolar do condado de Charleston resolverem uma disputa por meio do processo de mediação, ambas as partes devem entrar em um acordo legalmente vinculativo que estabeleça a resolução e:

1. Declarar que todas as discussões que aconteceram durante o processo de mediação permanecerão confidenciais e não podem ser usadas como evidência em qualquer audiência de devido processo legal ou processo civil subsequente (processo judicial); e
2. É assinado por você e por um representante do distrito escolar do condado de Charleston que tem autoridade para vincular o distrito escolar do condado de Charleston.

Um acordo de mediação por escrito e assinado pode ser executado em qualquer tribunal estadual de jurisdição competente (um tribunal que tem autoridade segundo a lei estadual para julgar esse tipo de caso) ou em um tribunal distrital dos Estados Unidos.

As discussões que aconteceram durante o processo de mediação devem ser confidenciais. Eles não podem ser usados como evidência em qualquer audiência de devido processo legal futuro ou processo civil de qualquer tribunal federal ou tribunal estadual de um Estado que receba assistência Estadual sob a Parte B da IDEA.

Imparcialidade do mediador

O mediador:

1. Não pode ser um funcionário do Departamento de Educação da Carolina do Sul ou do Distrito Escolar do Condado de Charleston que esteja envolvido na educação ou no cuidado de seu filho; e
2. Não deve ter interesse pessoal ou profissional que entre em conflito com a objetividade do mediador.

Uma pessoa que de outra forma se qualifica como mediador não é um funcionário do distrito escolar do condado de Charleston ou da agência estadual apenas porque é pago pela agência ou pelo distrito escolar do condado de Charleston para servir como mediador.

Processo de resolução

34 CFR §300.510

Reunião da resolução

Dentro de 15 dias corridos após o recebimento da notificação de sua reclamação de devido processo legal, e antes do início da audiência de devido processo legal, o distrito escolar do condado de Charleston deve convocar uma reunião com você e o membro ou membros relevantes da equipe do programa de educação individualizada (PEI) que têm conhecimento dos fatos identificados em sua reclamação de devido processo legal. A reunião:

1. Deve incluir um representante do distrito escolar do condado de Charleston com autoridade para tomar decisões em nome do distrito escolar do condado de Charleston;

e

2. Não pode incluir um advogado do distrito escolar do condado de Charleston, a menos que você esteja acompanhado por um advogado.

Você e o distrito escolar do condado de Charleston determinam os membros relevantes da Equipe do PEI para participar da reunião.

O objetivo da reunião é discutir sua reclamação do devido processo legal e os fatos que constituem a base da reclamação, para que o distrito escolar do condado de Charleston tenha a oportunidade de resolver a disputa.

A reunião de resolução não é necessária se:

1. Você e o distrito escolar do condado de Charleston concordam por escrito em dispensar a reunião;

ou

2. Você e o distrito escolar do condado de Charleston concordam em usar o processo de mediação, conforme descrito no título **Mediação**.

Período de resolução

Se o distrito escolar do condado de Charleston não resolveu a reclamação do devido processo legal de forma satisfatória dentro de 30 dias corridos do recebimento da reclamação do devido processo legal (durante o período de tempo para o processo de resolução), a audiência do devido processo legal pode ocorrer.

O cronograma de 45 dias corridos para a emissão de uma decisão final da audiência do devido processo legal, conforme descrito no título, **Decisões da audiência**, começa no término do período de resolução de 30 dias corridos, com certas exceções para ajustes feito para o período de resolução de 30 dias corridos, conforme descrito abaixo.

Exceto quando você e o distrito escolar do condado de Charleston concordaram em renunciar ao processo de resolução ou usar a mediação, sua falha em participar da reunião de resolução atrasará os prazos para o processo de resolução e audiência de devido processo legal até que a reunião seja realizada.

Se depois de fazer esforços razoáveis e documentar tais esforços, o distrito escolar do condado de Charleston não for capaz de obter sua participação na reunião de resolução, o distrito escolar do condado de Charleston pode, ao final do período de resolução de 30 dias corridos, solicitar que um oficial de audiência rejeitar sua reclamação de devido processo legal. A documentação de tais esforços deve incluir um registro das tentativas do Distrito Escolar do Condado de Charleston de organizar uma hora e local mutuamente acordados, como:

1. Registros detalhados de chamadas telefônicas feitas ou tentadas e os resultados dessas chamadas;
2. Cópias da correspondência enviada a você e todas as respostas recebidas; e
3. Registros detalhados das visitas feitas à sua casa ou local de trabalho e os resultados dessas visitas.

Se o distrito escolar do condado de Charleston deixar de realizar a reunião de resolução dentro de 15 dias corridos após o recebimento da notificação de sua reclamação de devido processo legal **ou** deixar de participar da reunião de resolução, você pode pedir a um oficial de audiência para iniciar o cronograma de audiência do processo de 45 dias corridos.

Ajustes no período de resolução de 30 dias corridos

Se você e o distrito escolar do condado de Charleston concordarem por escrito em dispensar a reunião de resolução, o cronograma de 45 dias para a audiência do devido processo legal começa no dia seguinte.

Após o início da mediação ou reunião de resolução e antes do final do período de resolução de 30 dias corridos, se você e o distrito escolar do condado de Charleston concordarem por escrito que nenhum acordo é possível, então o cronograma de 45 dias corridos para a audiência do devido processo legal começa no dia seguinte.

Se você e o distrito escolar do condado de Charleston concordarem em usar o processo de mediação, mas ainda não chegaram a um acordo, ao final do período de resolução de 30 dias corridos, o processo de mediação pode ser continuado até que um acordo seja alcançado se ambas as partes concordarem com a continuação por escrito. No entanto, se você ou o distrito escolar do condado de Charleston se retirarem do processo de mediação durante este período de continuação, o cronograma de 45 dias para a audiência do devido processo legal começará no dia seguinte.

Acordo de liquidação escrito

Se uma resolução para a disputa for alcançada na reunião de resolução, você e o distrito escolar do condado de Charleston devem entrar em um acordo legalmente vinculativo que seja:

1. Assinado por você e por um representante do distrito escolar do condado de Charleston que tem autoridade para vincular o distrito escolar do condado de Charleston; e
2. Exigível em qualquer tribunal estadual de jurisdição competente (um tribunal estadual que tem autoridade para ouvir este tipo de caso) ou em um tribunal distrital dos Estados Unidos ou pela Agência Educacional do Estado, se o seu estado tiver outro mecanismo ou procedimentos que permitam às partes buscar a aplicação dos acordos de resolução.

Período de revisão do contrato

Se você e o distrito escolar do Condado de Charleston entrarem em um acordo como resultado de uma reunião de resolução, qualquer uma das partes (você ou o distrito escolar do condado de Charleston) poderá anular o acordo dentro de 3 dias úteis a partir do momento em que você e o distrito escolar do condado de Charleston assinaram o acordo.

Audiências sobre reclamações do devido processo legal

Audiência imparcial de devido processo legal

34 CFR §300.511

Geral

Sempre que uma reclamação do devido processo legal é feita, você ou o distrito escolar do condado de Charleston envolvido na disputa deve ter a oportunidade de uma audiência imparcial do devido processo legal, conforme descrito nas seções ***Reclamação do devido processo legal*** e ***Processo de resolução***.

Oficial de audiência imparcial

No mínimo, um oficial de audiência:

1. Não deve ser um funcionário da Agência Educacional do Estado ou do distrito escolar do condado de Charleston que esteja envolvido na educação ou no cuidado com a criança. No entanto, uma pessoa não é um funcionário da agência apenas porque é paga pela agência para servir como oficial de audiência;
2. Não deve ter um interesse pessoal ou profissional que entre em conflito com a objetividade do oficial na audiência;
3. Deve ter conhecimento e compreender as disposições da IDEA, regulamentos federais e estaduais relativos à IDEA e as interpretações legais da IDEA por tribunais federais e estaduais; **e**
4. Deve ter o conhecimento e a capacidade de conduzir audiências e de tomar e redigir decisões consistentes com a prática jurídica padrão apropriada.

Cada distrito escolar do condado de Charleston deve manter uma lista das pessoas que atuam como oficiais da audiência que inclui uma declaração das qualificações de cada oficial da audiência.

Assunto da audiência de devido processo legal

A parte (você ou o distrito escolar do condado de Charleston) que solicita a audiência do devido processo legal não pode levantar questões na audiência do devido processo legal que não tenham sido abordadas na reclamação do devido processo legal, a menos que a outra parte concorde.

Cronograma para solicitar uma audiência

Você ou o distrito escolar do condado de Charleston devem solicitar uma audiência imparcial sobre uma reclamação de devido processo legal dentro de dois anos da data em que você ou o distrito escolar do condado de Charleston souberam ou deveriam saber sobre o assunto abordado na reclamação.

Exceções ao cronograma

O cronograma acima não se aplica se você não pôde fazer uma reclamação de devido processo legal porque:

1. O distrito escolar do condado de Charleston declarou falsamente que havia resolvido o problema ou questão que você está levantando em sua reclamação; **ou**
2. O distrito escolar do condado de Charleston ocultou informações de que era necessário fornecer de acordo com a Parte B da IDEA.

Direitos da audiência

34 CFR §300.512

Geral

Você tem o direito de se representar em uma audiência de devido processo legal (incluindo uma audiência relativa a procedimentos disciplinares) ou uma apelação com uma audiência para receber evidências adicionais, conforme descrito no subtítulo ***Apelação de decisões; revisão imparcial***. Além disso, qualquer parte em uma audiência tem o direito de:

1. Estar acompanhado e aconselhado por advogado e/ou pessoas com conhecimentos ou formação especiais sobre os problemas das crianças com deficiência;
2. Ser representado na audiência por um advogado ou não;
3. Apresentar provas e confrontar, interrogar e exigir a presença de testemunhas;
4. Proibir a introdução de qualquer evidência na audiência que não tenha sido divulgada à outra parte pelo menos cinco dias úteis antes da audiência;
5. Obter um registro escrito ou, a seu critério, eletrônico palavra por palavra da audiência;
e
6. Obter constatações escritas ou, a seu critério, eletrônicas sobre fatos e decisões.

Divulgação adicional de informações

Pelo menos cinco dias úteis antes de uma audiência do devido processo legal, você e o distrito escolar do condado de Charleston devem divulgar um ao outro todas as avaliações concluídas até essa data e recomendações baseadas nas avaliações que você ou o distrito escolar do condado de Charleston pretendem usar na audiência.

Um oficial de audiência ou oficial de revisão pode impedir qualquer parte que não cumpra com este requisito de apresentar a avaliação ou recomendação relevante na audiência sem o consentimento da outra parte.

Direitos dos pais nas audiências

Você deve ter o direito de:

1. Ter seu filho esteja presente na audiência;
2. Abrir a audiência ao público; e
3. Obter o registro da audiência, as constatações do fato e as decisões sem nenhum custo.

Decisões da audiência

34 CFR §300.513

Decisão do oficial de audiência

A decisão de um oficial de audiência sobre se seu filho recebeu uma educação pública apropriada e gratuita (FAPE) deve ser baseada em evidências e argumentos que se relacionam diretamente com a FAPE.

Em questões que alegam uma violação de procedimento (como "uma equipe do PEI incompleta"), um oficial de audiência pode constatar que seu filho não recebeu o FAPE apenas se as violações de procedimento:

1. Interferiu no direito do seu filho a uma educação pública apropriada e gratuita (FAPE);
2. Interferiu significativamente com sua oportunidade de participar do processo de tomada de decisão com relação ao fornecimento de uma educação pública apropriada gratuita (FAPE) para seu filho; ou
3. Fez com que seu filho fosse privado de um benefício educacional.

Nenhuma das disposições descritas acima pode ser interpretada para impedir um oficial de audiência de ordenar que um distrito escolar do condado de Charleston cumpra os requisitos da seção de salvaguardas de procedimentos dos regulamentos federais sob a Parte B da IDEA (34 CFR §§300.500 a 300.536).

Nenhuma das disposições sob os títulos: ***Abertura de uma reclamação de devido processo legal; Reclamação de devido processo legal; Formulários de modelo; Processo de resolução; Audiência imparcial de devido processo legal; Direitos da audiência; e Decisões da audiência*** (34 CFR §§300.507 a 300.513), podem afetar seu direito de entrar com um recurso da decisão da audiência do devido processo legal junto ao Departamento de Educação da Carolina do Sul.

Solicitação separada para uma audiência de devido processo legal

Nada na seção de salvaguardas processuais dos regulamentos federais sob a Parte B da IDEA (34 CFR §§300.500 a 300.536) pode ser interpretado para impedi-lo de registrar uma reclamação de devido processo legal em separado sobre uma questão separada de uma reclamação de devido processo legal já registrada.

Resultados e decisão fornecidos ao painel consultivo e ao público em geral

O Departamento de Educação da Carolina do Sul ou o distrito escolar do condado de Charleston, (o que for responsável por sua audiência) após excluir qualquer informação de identificação pessoal, deve:

1. Fornecer as conclusões e decisões na audiência do devido processo legal ou uma apresentação ao painel consultivo de educação especial do estado; e

2. Disponibilizar essas descobertas e decisões ao público.

Recursos

Finalidade da decisão; recurso; revisão imparcial

34 CFR §300.514

Finalidade da decisão da audiência

Uma decisão tomada em uma audiência de devido processo legal (incluindo uma audiência relacionada a procedimentos disciplinares) é final, exceto que qualquer parte envolvida na audiência (você ou o distrito escolar do condado de Charleston) pode recorrer da decisão ao Departamento de Educação da Carolina do Sul.

Recurso de decisões; revisão imparcial

Se uma das partes (você ou o distrito escolar do condado de Charleston) for prejudicada pelas conclusões e pela decisão da audiência, um recurso pode ser apresentado ao Departamento de Educação da Carolina do Sul.

Se houver um recurso, o Departamento de Educação da Carolina do Sul deve conduzir uma revisão imparcial das conclusões e da decisão apelada. O oficial que conduz a revisão deve:

1. Examinar todo o registro da audiência;
2. Assegurar que os procedimentos na audiência foram consistentes com os requisitos do devido processo legal;
3. Buscar evidências adicionais, se necessário. Se uma audiência for realizada para receber evidências adicionais, os direitos à audiência descritos sob o título ***Direitos de audiência*** se aplicam;
4. Dar às partes a oportunidade de apresentarem argumentos orais ou escritos, ou ambos, a critério do oficial revisor;
5. Tomar uma decisão independente sobre a conclusão da revisão; **e**
6. Dar a você e ao distrito escolar do condado de Charleston uma cópia das constatações por escrito ou, a seu critério, eletrônicas dos fatos e decisões.

Resultados e decisão fornecidos ao painel consultivo e ao público em geral

O Departamento de Educação da Carolina do Sul, após excluir qualquer informação de identificação pessoal, deve:

1. Apresentar as conclusões e decisões do recurso ao painel consultivo estadual de educação especial; **e**
2. Disponibilizar essas descobertas e decisões ao público.

Finalidade da decisão de revisão

A decisão tomada pelo oficial revisor é final, a menos que você ou o distrito escolar do condado de Charleston protocole uma ação civil, conforme descrito no título **Ações civis, incluindo o prazo para protocolar essas ações**.

Cronogramas e conveniência de audiências e análises

34 CFR §300.515

O distrito escolar do condado de Charleston deve garantir que não mais de 45 dias corridos após o término do período de 30 dias corridos para reuniões de resolução **ou**, conforme descrito no subtítulo **Ajustes ao período de resolução de 30 dias corridos**, no máximo 45 dias corridos após o término do período de tempo ajustado:

1. Uma decisão final é alcançada na audiência; **e**
2. Uma cópia da decisão é enviada a você e ao distrito escolar do condado de Charleston.

O Departamento de Educação da Carolina do Sul deve garantir que no máximo 30 dias corridos após o recebimento de uma solicitação de revisão:

1. Uma decisão final é alcançada na revisão; **e**
2. Uma cópia da decisão é enviada a você e ao distrito escolar do condado de Charleston.

Um oficial de audiência ou revisão pode conceder prorrogações específicas de tempo além dos períodos descritos acima (45 dias corridos para uma decisão de audiência e 30 dias corridos para uma decisão de revisão) se você ou o distrito escolar do condado de Charleston solicitarem uma prorrogação específica do cronograma.

Cada audiência e revisão envolvendo argumentos orais deve ser conduzida em hora e local que sejam razoavelmente convenientes para você e seu filho.

Ações civis, incluindo o prazo para protocolar essas ações

34 CFR §300.516

Geral

Qualquer parte (você ou o distrito escolar do condado de Charleston) que não concorde com as

conclusões e decisões na revisão em nível estadual têm o direito de mover uma ação civil com relação ao assunto que foi objeto da audiência de devido processo legal (incluindo uma audiência relativa a procedimentos disciplinares). A ação pode ser proposta em um tribunal estadual de jurisdição competente (um tribunal estadual que tem autoridade para ouvir esse tipo de caso) ou em um tribunal distrital dos Estados Unidos, independentemente do valor em disputa.

Limitação de tempo

A parte (você ou o Distrito Escolar do Condado de Charleston) que está iniciando a ação terá 90 dias corridos a partir da data da decisão do oficial de revisão do Estado de entrar com uma ação civil.

Procedimentos adicionais

Em qualquer ação civil, o tribunal:

1. Recebe os autos dos processos administrativos;
Ouve evidências adicionais a seu pedido ou a pedido do Distrito Escolar do Condado de Charleston; **e**
2. Baseia a sua decisão na preponderância das provas e concede a tutela que o tribunal julgar adequada.

Em circunstâncias apropriadas, a medida judicial pode incluir o reembolso de mensalidades de escolas particulares e serviços de educação compensatória.

Jurisdição dos tribunais distritais

Os tribunais distritais dos Estados Unidos têm autoridade para julgar as ações judiciais apresentadas de acordo com a Parte B da IDEA, independentemente do valor em disputa.

Regra de construção

Nada na Parte B da IDEA restringe ou limita os direitos, procedimentos e soluções disponíveis sob a Constituição dos EUA, a Lei dos Americanos com Deficiências de 1990, Título V da Lei de Reabilitação de 1973 (Seção 504) ou outras leis federais que protegem os direitos de crianças com deficiência, exceto que antes do ajuizamento de uma ação civil sob essas leis buscando reparação que também está disponível na Parte B da IDEA, os procedimentos do devido processo legal descrito acima devem ser esgotados na mesma medida que seria exigida se a parte ajuizou a ação sob a Parte B da IDEA. Isso significa que você pode ter recursos disponíveis sob outras leis que se sobrepõem àqueles disponíveis sob a IDEA, mas, em geral, para obter remédio sob essas outras leis, você deve primeiro usar os recursos administrativos disponíveis sob a IDEA (ou seja, a reclamação de devido processo legal; resolução processo, incluindo a reunião de resolução; e procedimentos de audiência de devido processo legal imparcial) antes de ir diretamente ao tribunal.

A inclusão da criança enquanto a reclamação do devido processo legal e a audiência estão pendentes

34 CFR §300.518

Exceto conforme estabelecido abaixo sob o título **PROCEDIMENTOS AO DISCIPLINAR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA**, uma vez que uma reclamação do devido processo legal seja enviada à outra parte, durante o período do processo de resolução e enquanto aguarda a decisão de qualquer audiência de processo ou procedimento judicial, a menos que você e o distrito escolar do condado de Charleston ou do estado concordem de outra forma, seu filho deve permanecer em sua inclusão educacional atual.

Se a reclamação do devido processo legal envolver um pedido de admissão inicial na escola pública, seu filho, com o seu consentimento, deve ser colocado no programa regular da escola pública até a conclusão de todos esses procedimentos.

Se a reclamação do devido processo legal envolve um pedido de serviços iniciais na Parte B da IDEA para uma criança que está em transição de ser servida na Parte C da IDEA para a Parte B da IDEA e que não é mais elegível para os serviços da Parte C porque a criança completou três anos, o distrito escolar do condado de Charleston não é obrigado a fornecer os serviços da Parte C que a criança está recebendo. Se a criança for considerada elegível de acordo com a Parte B da IDEA e você consentir que seu filho receba educação especial e serviços relacionados pela primeira vez, então, enquanto se aguarda o resultado do processo, o distrito escolar do condado de Charleston deve fornecer educação especial e itens relacionados serviços que não estão em disputa (aqueles com os quais você e o distrito escolar do condado de Charleston concordam).

Se um oficial de revisão do estado em um processo de recurso administrativo concordar com você que uma mudança de inclusão é apropriada, essa inclusão deve ser tratada como a inclusão educacional atual de seu filho, onde seu filho permanecerá enquanto espera pela decisão de qualquer audiência de devido processo legal imparcial ou processo judicial.

Taxas do advogado

34 CFR §300.517

Geral

Em qualquer ação ou processo trazido de acordo com a Parte B da IDEA, o tribunal, a seu critério, pode conceder honorários advocatícios razoáveis como parte dos custos para você, caso ganhe a ação.

Em qualquer ação ou processo movido de acordo com a Parte B da IDEA, o tribunal, a seu critério, pode conceder honorários advocatícios razoáveis como parte dos custos para uma Agência Educacional Estadual ou Distrito Escolar do Condado de Charleston prevalecente, a serem pagos por seu advogado, se o advogado: (a) apresentou uma reclamação ou processo judicial que o tribunal considera frívolo, desarrazoado ou sem fundamento; **ou** (b) continuou a litigar depois que o litígio se tornou claramente frívolo, irracional ou sem fundamento; **ou**

Em qualquer ação ou processo movido de acordo com a Parte B da IDEA, o tribunal, a seu critério, pode conceder honorários advocatícios razoáveis como parte dos custos para uma Agência Educacional Estadual ou distrito escolar do condado de Charleston prevaiente, a serem pagos por você ou seu advogado, se a sua solicitação de audiência de justo processo ou posterior processo judicial foi apresentada para qualquer propósito impróprio, como assediar, causar atrasos desnecessários ou aumentar desnecessariamente o custo da ação ou processo (audiência).

Concessão de taxas

Um tribunal concede honorários advocatícios razoáveis da seguinte forma:

1. As taxas devem ser baseadas nas taxas vigentes na comunidade em que a ação ou processo surgiu para o tipo e qualidade dos serviços prestados. Nenhum bônus ou multiplicador pode ser usado no cálculo das taxas concedidas.
2. Os honorários advocatícios não podem ser concedidos e os custos relacionados não podem ser reembolsados em qualquer ação ou processo sob a Parte B da IDEA por serviços executados após uma oferta por escrito de acordo ser feita a você se:
 - a. A oferta for feita dentro do prazo prescrito pela Regra 68 das Regras Federais de Processo Civil ou, no caso de uma audiência de devido processo legal ou revisão em nível estadual, a qualquer momento mais de 10 dias corridos antes do início do processo;
 - b. A oferta não for aceita dentro de 10 dias corridos; **e**
 - c. O tribunal ou oficial de audiência administrativa conclui que a reparação finalmente obtida por você não é mais favorável a você do que a oferta de um acordo.

Apesar dessas restrições, uma concessão de honorários advocatícios e custos relacionados pode ser feita a você se você prevalecer e você tiver justificativa substancial para rejeitar a oferta de acordo.

3. As taxas não podem ser concedidas em relação a qualquer reunião da equipe do programa de educação individualizada (PEI), a menos que a reunião seja realizada como resultado de um processo administrativo ou ação judicial.

Uma reunião de resolução, conforme descrito no título **Processo de resolução**, não é considerada uma reunião convocada como resultado de uma audiência administrativa ou ação judicial, e também não é considerada uma audiência administrativa ou ação judicial para fins de estas provisões de honorários advocatícios.

O tribunal reduz, conforme apropriado, o valor dos honorários advocatícios concedidos de acordo com a Parte B da IDEA, se o tribunal decidir que:

1. Você, ou seu advogado, durante o curso da ação ou processo, atrasou injustificadamente a resolução final da disputa;
2. O valor dos honorários advocatícios, de outra forma autorizados, a serem concedidos excede injustificadamente a taxa horária prevaiente na comunidade para serviços semelhantes feitos por advogados de habilidade, reputação e experiência razoavelmente semelhantes;
3. O tempo despendido e os serviços jurídicos prestados foram excessivos, considerando a natureza da ação ou processo; **ou**

4. O advogado que o representa não forneceu ao distrito escolar do condado de Charleston as informações apropriadas no aviso de solicitação do devido processo legal, conforme descrito no título **Reclamação do devido processo legal**.

No entanto, o tribunal não pode reduzir os honorários se decidir que o distrito escolar do estado ou do condado de Charleston atrasou injustificadamente a resolução final da ação ou processo ou se houve uma violação das disposições de salvaguardas processuais da Parte B da IDEA.

Procedimentos ao disciplinar crianças com deficiência

Autoridade dos funcionários da escola

34 CFR §300.530

Determinação caso a caso

Os funcionários da escola podem considerar quaisquer circunstâncias únicas caso a caso ao determinar se uma mudança de inclusão, feita de acordo com os seguintes requisitos relacionados à disciplina, é apropriada para uma criança com deficiência que viola um código escolar de conduta do aluno.

Geral

Na medida em que também tomam tais medidas para crianças sem deficiência, os funcionários da escola podem, por não mais de **10 dias letivos** consecutivos, remover uma criança com deficiência que viole um código de conduta do aluno de sua inclusão atual em um ambiente educacional alternativo provisório apropriado, outro ambiente ou suspensão.

Os funcionários da escola também podem impor remoções adicionais da criança por não mais de **10 dias letivos** consecutivos no mesmo ano letivo por incidentes separados de má conduta, desde que essas remoções não constituam uma mudança de inclusão (consulte o título **Mudança de inclusão devido a remoções disciplinares** para obter a definição).

Uma vez que uma criança com deficiência tenha sido removida de sua inclusão atual por um total de **10 dias letivos** no mesmo ano letivo, o distrito escolar do condado de Charleston deve, durante quaisquer dias subsequentes de remoção naquele ano letivo, fornecer serviços na medida exigida abaixo sob o subtítulo **Serviços**.

Autoridade adicional

Se o comportamento que violou o código de conduta do aluno não foi uma manifestação da deficiência da criança (consulte o subtítulo **Determinação da manifestação**) e a mudança disciplinar de inclusão excederá **10 dias letivos** consecutivamente, os funcionários da escola podem aplicar os procedimentos disciplinares a essa criança com deficiência da mesma maneira e

pela mesma duração que seria para crianças sem deficiência, exceto que a escola deve fornecer serviços a essa criança conforme descrito abaixo em **Serviços**. A equipe do PEI da criança determina o ambiente educacional alternativo provisório para tais serviços.

Serviços

O distrito escolar do condado de Charleston não oferece serviços a uma criança com deficiência ou sem deficiência que foi removida de sua inclusão atual por **10 dias letivos ou menos** naquele ano letivo.

Um dia de **Suspensão na escola (ISS)** não é considerado o mesmo que um dia de remoção abordado por 34 CFR 300.530, contanto que a criança tenha a oportunidade de continuar a progredir adequadamente no programa curricular geral, continuar a receber os serviços especificados no PEI da criança e continuar a participar com crianças sem deficiência na medida que teriam em sua inclusão atual.

Uma criança com deficiência que é removida de sua inclusão atual por **mais de 10 dias letivos** e o comportamento não é uma manifestação da deficiência da criança (ver subtítulo, **Determinação de manifestação**), ou que é removida em circunstâncias especiais (ver o subtítulo, **Circunstâncias especiais**) deve:

1. Continuar a receber serviços educacionais (ter disponível uma educação pública apropriada gratuita), de modo a permitir que a criança continue a participar do currículo de educação geral, embora em outro ambiente (que pode ser um ambiente educacional alternativo provisório), e progredir em direção a cumprimento das metas estabelecidas no PEI da criança; **e**
2. Receber, conforme o caso, uma avaliação comportamental funcional e serviços e modificações de intervenção comportamental, que são projetados para tratar a violação de comportamento para que ela não aconteça novamente.

Depois que uma criança com deficiência for removida de sua inclusão atual por **10 dias letivos** no mesmo ano letivo, e **se** a remoção atual for por **10 dias letivos** consecutivos ou menos e se a remoção não for uma mudança de inclusão (ver definição abaixo), **então** os funcionários da escola, em consulta com pelo menos um dos professores da criança, determinam até que ponto os serviços são necessários para permitir que a criança continue a participar do programa curricular de educação geral, embora em outro ambiente, e progredir em direção ao cumprimento das metas estabelecidas no PEI da criança.

Se a remoção for uma mudança de inclusão (consulte o título, **Mudança de inclusão devido a remoções disciplinares**), a Equipe do PEI da criança determina os serviços apropriados para permitir que a criança continue a participar do programa curricular de educação geral, embora em outro ambiente (que pode ser um ambiente educacional alternativo provisório), e para progredir em direção ao cumprimento das metas estabelecidas no PEI da criança.

Determinação de manifestação

Dentro de **10 dias letivos** de qualquer decisão de alterar a inclusão de uma criança com deficiência devido a uma violação de um código de conduta do aluno (exceto para uma remoção que é de **10 dias letivos** em uma linha ou menos e não uma mudança de inclusão), o distrito escolar do condado de Charleston, você e outros membros relevantes da Equipe do PEI (conforme determinado por você e pelo distrito escolar do condado de Charleston) devem revisar todas as informações relevantes no

arquivo do aluno, incluindo o PEI da criança, quaisquer observações do professor e quaisquer informações relevantes fornecidas por você para determinar:

1. Se a conduta em questão foi causada ou teve uma relação direta e substancial com a deficiência da criança; **ou**
2. Se a conduta em questão foi o resultado direto da falha do distrito escolar do condado de Charleston em implementar o PEI da criança.

Se o distrito escolar do condado de Charleston, você e outros membros relevantes da Equipe do PEI da criança determinarem que qualquer uma dessas condições foi atendida, a conduta deve ser determinada como uma manifestação da deficiência da criança.

Se o distrito escolar do condado de Charleston, você e outros membros relevantes da Equipe do PEI da criança determinarem que a conduta em questão foi o resultado direto da falha do distrito escolar do condado de Charleston em implementar o PEI, o distrito escolar do condado de Charleston deve tomar medidas imediatas para remediar essas deficiências.

Determinação de que o comportamento foi uma manifestação da deficiência da criança

Se o distrito escolar do condado de Charleston, você e outros membros relevantes da Equipe do PEI determinarem que a conduta foi uma manifestação da deficiência da criança, a Equipe do PEI deve:

1. Realizar uma avaliação comportamental funcional, a menos que o distrito escolar do condado de Charleston tenha conduzido uma avaliação comportamental funcional antes de ocorrer o comportamento que resultou na mudança de inclusão, e implementar um plano de intervenção comportamental para a criança; **ou**
2. Se um plano de intervenção comportamental já foi desenvolvido, reveja o plano de intervenção comportamental e modifique-o, conforme necessário, para abordar o comportamento.

Exceto conforme descrito abaixo no subtítulo ***Circunstâncias especiais***, o distrito escolar do condado de Charleston deve devolver seu filho ao local de onde ele foi removido, a menos que você e o distrito concordem com uma mudança de inclusão conforme parte da modificação do plano de intervenção comportamental.

Circunstâncias especiais

Quer o comportamento seja ou não uma manifestação da deficiência do seu filho, os funcionários da escola podem remover um aluno para um ambiente educacional alternativo provisório (determinado pela Equipe do PEI da criança) por não mais de 45 dias letivos, se o seu filho:

1. Levar uma arma (veja a definição abaixo) para a escola ou tiver uma arma na escola, nas instalações da escola ou em uma função escolar sob a jurisdição da Agência Educacional do Estado ou do distrito escolar do condado de Charleston;
2. Conscientemente, tiver ou usar drogas ilegais (veja a definição abaixo), ou vender ou solicitar a venda de uma substância controlada (veja a definição abaixo), enquanto na escola, nas dependências da escola ou em uma função escolar sob a jurisdição do Estado Agência Educacional ou do distrito escolar do condado de Charleston; **ou**
3. Infligir lesões corporais graves (veja a definição abaixo) em outra pessoa enquanto estava na escola, nas instalações da escola ou em uma função escolar sob a jurisdição da Agência Educacional do Estado ou de um distrito escolar do condado de Charleston.

Definições

Substância controlada significa um medicamento ou outra substância identificada nas tabelas I, II, III, IV ou V na seção 202(c) da Lei de Substâncias Controladas (21 U.S.C. 812 (c)).

Droga ilegal significa uma substância controlada; mas não inclui uma substância controlada que seja legalmente possuída ou usada sob a supervisão de um profissional de saúde licenciado ou que seja legalmente possuída ou usada sob qualquer outra autoridade sob essa lei ou sob qualquer outra disposição da lei federal. NOTA: Álcool e tabaco **NÃO** estão incluídos nesta definição.

Lesões corporais graves tem o significado dado ao termo "lesões corporais graves" nos termos do parágrafo (3) da subseção (h) da seção 1365 do título 18, Código dos Estados Unidos. Lesão corporal grave é uma lesão corporal que envolve um ou mais dos seguintes: risco substancial de morte; dor física extrema; desfiguração prolongada e óbvia; ou perda prolongada de comprometimento da função de um membro corporal, órgão ou faculdade mental.

Arma tem o significado dado ao termo "arma perigosa" no parágrafo (2) da primeira subseção (g) da seção 930 do título 18, Código dos Estados Unidos. Uma arma significa qualquer arma, dispositivo, instrumento, material ou substância, animado ou inanimado, que é usado para, ou é prontamente capaz de, causar morte ou lesões corporais graves, exceto que tal termo não inclui um canivete com uma lâmina de menos de 2 ½ polegadas de comprimento.

Notificação

Na data em que toma a decisão de fazer uma remoção que é uma mudança de inclusão de seu filho devido a uma violação de um código de conduta do estudante, o distrito escolar do condado de Charleston deve notificá-lo dessa decisão e fornecer-lhe garantias processuais Aviso.

Mudança de inclusões devido a remoções disciplinares

34 CFR §300.536

A remoção de seu filho com deficiência da atual inclusão educacional é uma **mudança de inclusão** se:

1. A remoção é por mais de 10 dias letivos consecutivos; **ou**
2. Seu filho foi submetido a uma série de remoções que constituem um padrão porque:
 - a. A série de remoções totaliza mais de 10 dias letivos em um ano letivo;
 - b. O comportamento do seu filho é substancialmente semelhante ao comportamento do filho em incidentes anteriores que resultaram na série de remoções; e
 - c. De fatores adicionais como a duração de cada remoção, a quantidade total de tempo que seu filho foi removido e a proximidade das remoções.

Se um padrão de remoções constitui uma mudança de inclusão é determinado caso a caso pelo distrito escolar do condado de Charleston e, se contestado, está sujeito a revisão por meio do devido processo legal e procedimentos judiciais.

Determinação da configuração

34 CFR §300.531

A equipe do programa de educação individualizada (PEI) determina o ambiente educacional alternativo provisório para remoções que são **mudanças de inclusão** e remoções sob os subtítulos **Autoridade adicional** e **Circunstâncias especiais**.

Recurso

34 CFR §300.531

Geral

Você pode registrar uma reclamação de devido processo legal (ver o título **Procedimentos de reclamação de devido processo legal**) para solicitar uma audiência de justo processo se discordar de(a):

1. Qualquer decisão relativa à inclusão feita de acordo com estas disposições disciplinares; **ou**
2. Determinação da manifestação descrita acima.

O distrito escolar do condado de Charleston pode registrar uma reclamação do devido processo legal (veja acima) para solicitar uma audiência do devido processo legal se acreditar que a manutenção da inclusão atual de seu filho provavelmente resultará em danos ao seu filho ou a outras pessoas.

Autoridade do oficial de audiência

Um oficial de audiência que atenda aos requisitos descritos no subtítulo **Oficial de audiência imparcial** deve conduzir a audiência de devido processo legal e tomar uma decisão. O oficial de audiência pode:

1. Devolver seu filho com deficiência para a inclusão de onde seu filho foi removido se o oficial de audiência determinar que a remoção foi uma violação dos requisitos descritos no título **Autoridade dos funcionários da escola**, ou que o comportamento de seu filho foi uma manifestação da deficiência de seu filho; **ou**
2. Solicitar uma mudança de inclusão de seu filho com deficiência para um ambiente educacional alternativo provisório apropriado por não mais de 45 dias letivos se o oficial de audiência determinar que a manutenção da inclusão atual de seu filho provavelmente resultará em lesões a seu filho ou a outras pessoas.

Estes procedimentos de audiência podem ser repetidos, se o distrito escolar do condado de Charleston acreditar que o retorno de seu filho à inclusão original provavelmente resultará em ferimentos ao seu filho ou a outras pessoas.

Sempre que você ou um distrito escolar do condado de Charleston abrir uma reclamação de devido processo legal para solicitar tal audiência, deve ser realizada uma audiência que atenda aos requisitos descritos nos títulos **Procedimentos de reclamação de devido processo legal**, **Audiências sobre reclamações do**

devido processo legal; revisão imparcial, exceto o seguinte:

1. O distrito escolar do condado de Charleston deve providenciar uma audiência acelerada do devido processo legal, que deve ocorrer dentro de **20** dias letivos da data em que a audiência foi solicitada e deve resultar em uma determinação dentro de **10** dias letivos após a audiência.
2. A menos que você e o distrito escolar do condado de Charleston concordem por escrito em renunciar à reunião, ou concordem em usar a mediação, uma reunião de resolução deve ocorrer dentro de **sete** dias corridos após o recebimento da notificação da reclamação de devido processo legal. A audiência pode prosseguir, a menos que o assunto tenha sido resolvido de forma satisfatória para ambas as partes dentro de **15** dias corridos a partir do recebimento da reclamação do devido processo legal.

Você ou o distrito escolar do condado de Charleston podem recorrer da decisão em uma audiência do devido processo legal acelerada da mesma forma que para as decisões em outras audiências do devido processo legal (consulte o título **Recursos**).

Recursos

Se você discordar de qualquer decisão relativa à inclusão disciplinar ou aos resultados da determinação da manifestação, pode recorrer da decisão solicitando uma audiência de justo processo acelerada. Além disso, se o distrito acreditar que manter a inclusão atual de seu filho tem probabilidade substancial de resultar em lesões para ele ou outras pessoas, a escola pode solicitar uma audiência de devido processo legal acelerada. Um pedido dos pais para uma audiência de devido processo legal não impede o Distrito de buscar tutela judicial, como uma ordem de restrição temporária de uma liminar, quando necessário.

Inclusão durante recursos

34 CFR §300.533

Quando, conforme descrito acima, você ou o distrito escolar do condado de Charleston registram uma reclamação de devido processo legal relacionada a questões disciplinares, seu filho deve (a menos que você e a Agência Educacional Estadual ou o distrito escolar do condado de Charleston concordem de outra forma) permanecer no ambiente educacional alternativo provisório pendente a decisão do oficial de audiência, ou até a expiração do período de tempo de remoção conforme previsto e descrito sob o título **Autoridade dos funcionários da escola**, o que ocorrer primeiro.

Proteções para crianças ainda não qualificadas para educação especial e serviços relacionados

34 CFR §300.534

Geral

Se seu filho não foi considerado elegível para educação especial e serviços relacionados, e viola um código de conduta do aluno, mas o distrito escolar do condado de Charleston sabia (conforme determinado abaixo) antes do comportamento que levou à ação disciplinar que seu filho era uma criança com deficiência, então seu filho pode reivindicar qualquer uma das proteções descritas neste aviso.

Base de conhecimento para questões disciplinares

Será considerado que o distrito escolar do condado de Charleston tem conhecimento de que seu filho é uma criança com deficiência se, antes do comportamento que levou à ação disciplinar:

1. Você expressou preocupação por escrito para o pessoal de supervisão ou administrativo da agência educacional apropriada, ou para o professor de seu filho, de que seu filho precisa de educação especial e serviços relacionados;
2. Você solicitou uma avaliação relacionada à elegibilidade para educação especial e serviços relacionados sob a Parte B da IDEA; **ou**
3. O professor do seu filho ou outro funcionário do distrito escolar do condado de Charleston expressou preocupações específicas sobre um padrão de comportamento demonstrado pelo seu filho diretamente ao diretor de educação especial do distrito escolar do condado de Charleston ou a outro pessoal de supervisão do distrito escolar do condado de Charleston.

Exceção

O distrito escolar do condado de Charleston não seria considerado como tendo tal conhecimento se:

1. Você não permitiu uma avaliação de seu filho ou recusou serviços de educação especial; **ou**
2. Seu filho foi avaliado e determinado como não sendo uma criança com deficiência de acordo com a Parte B da IDEA.

Condições que se aplicam se não houver base de conhecimento

Se antes de tomar medidas disciplinares contra seu filho, o distrito escolar do condado de Charleston não tem conhecimento de que seu filho é uma criança com deficiência, conforme descrito acima nos subtítulos **Base de conhecimento para questões disciplinares** e **Exceção**, seu filho pode estar sujeito às medidas disciplinares aplicadas a crianças sem deficiência que se envolvam em comportamentos semelhantes.

No entanto, se for feito um pedido para uma avaliação de seu filho durante o período em que seu filho está sujeito a medidas disciplinares, a avaliação deve ser realizada de forma acelerada.

Até que a avaliação seja concluída, seu filho permanece na inclusão educacional determinada pelas autoridades escolares, que pode incluir suspensão ou expulsão sem serviços educacionais.

Se for determinado que seu filho é uma criança com deficiência, levando em consideração as informações da avaliação conduzida pelo distrito escolar do condado de Charleston, e as informações fornecidas por você, o distrito escolar do condado de Charleston deve fornecer educação especial e serviços relacionados de acordo com a Parte B da IDEA, incluindo os requisitos disciplinares descritos acima.

Encaminhamento e ação das autoridades judiciais e policiais

34 CFR §300.535

A Parte B da IDEA não:

1. Proíbe uma agência de relatar um crime cometido por uma criança com deficiência às autoridades competentes; **ou**

2. Impede que as autoridades policiais e judiciais estaduais exerçam suas responsabilidades no que diz respeito à aplicação da lei federal e estadual aos crimes cometidos por uma criança com deficiência.

Transmissão de registros

Se o distrito escolar do condado de Charleston relatar um crime cometido por uma criança com deficiência, o distrito escolar do condado de Charleston:

1. Deve garantir que cópias dos registros disciplinares e de educação especial da criança sejam transmitidas para consideração pelas autoridades a quem a agência relata o crime; **e**
2. Pode transmitir cópias dos registros disciplinares e de educação especial da criança apenas na medida permitida pela Lei de Direitos Educacionais e Privacidade da Família (FERPA).

Requisitos para inclusão unilateral por pais de crianças em escolas privadas para despesas públicas

Geral

34 CFR §300.148

A Parte B da IDEA não exige que o distrito escolar do condado de Charleston pague pelo custo da educação, incluindo educação especial e serviços relacionados, de seu filho com deficiência em uma escola privada ou instalação se o distrito escolar do condado de Charleston disponibilizar uma educação pública gratuita apropriada (FAPE) para seu filho e você optar por colocá-lo em uma escola ou estabelecimento particular. No entanto, o distrito escolar do condado de Charleston onde a escola particular está localizada deve incluir seu filho na população cujas necessidades são atendidas nas disposições da Parte B em relação a crianças que foram colocadas por seus pais em uma escola particular sob a 34 CFR §§300.131 a 300.144.

Reembolso para inclusão em escola particular

Se seu filho recebeu anteriormente educação especial e serviços relacionados sob a autoridade do distrito escolar do condado de Charleston, e você optou por matricular seu filho em uma pré-escola, escola de ensino fundamental ou escola de ensino médio particular sem o consentimento ou encaminhamento do distrito escolar do condado de Charleston, um tribunal ou oficial de audiência pode exigir que a agência o reembolse pelo custo dessa matrícula se o tribunal ou oficial de audiência descobrir que a agência não disponibilizou uma educação pública gratuita apropriada (FAPE) para seu filho em tempo hábil antes dessa matrícula, e que a inclusão privada é adequada. Um oficial de audiência ou tribunal pode considerar a sua inclusão apropriada, mesmo que a inclusão não atenda aos padrões estaduais que se aplicam à educação fornecida pela Agência Educacional do Estado e pelo distrito escolar do condado de Charleston.

Limitação de reembolso

O custo de reembolso descrito no parágrafo acima pode ser reduzido ou negado:

1. Se: (a) Na reunião mais recente do programa de educação individualizada (PEI) que você compareceu antes de remover seu filho da escola pública, você não informou à Equipe do PEI que estava rejeitando a inclusão proposta pelo distrito escolar do condado de Charleston para fornecer a FAPE ao seu filho, incluindo declarando suas preocupações e sua intenção de matricular seu filho em uma escola privada com despesas públicas; ou (b) pelo menos 10 dias úteis (incluindo quaisquer feriados que ocorram em um dia útil) antes de sua remoção de seu filho da escola pública, você não forneceu notificação por escrito ao distrito escolar do condado de Charleston sobre essas informações;
2. Se, antes da remoção de seu filho da escola pública, o distrito escolar do condado de Charleston forneceu um aviso prévio por escrito a você sobre a intenção de avaliar seu filho (incluindo uma declaração do propósito da avaliação que era apropriada e razoável), mas você não disponibilizou a criança para a avaliação; **ou**
3. Após a conclusão de um tribunal de que suas ações não foram razoáveis

No entanto, o custo do reembolso:

1. Não deve ser reduzido ou negado por falha em fornecer o aviso se:
 - a. A escola impediu você de fornecer o aviso;
 - b. Você não recebeu aviso de sua responsabilidade em fornecer o aviso descrito acima; ou
 - c. O cumprimento dos requisitos acima provavelmente resultaria em danos físicos ao seu filho;

e
2. Pode, a critério do tribunal ou de um oficial de audiência, não ser reduzido ou negado por sua falha em fornecer a notificação necessária se:
 - a. Você não é alfabetizado ou não sabe escrever em inglês; ou
 - b. O cumprimento do requisito acima provavelmente resultaria em sérios danos emocionais ao seu filho.

Conclusão

Como pais de um aluno com deficiência, vocês e seu filho têm muitos direitos. Com esses direitos, existem certas responsabilidades. O distrito escolar do condado de Charleston é responsável por proteger seus direitos. Você, por sua vez, deve tentar manter o distrito escolar informado sobre coisas que afetam a educação de seu filho. Você também deve ajudar a escola comparecendo às reuniões do PEI e mantendo as linhas de comunicação abertas o tempo todo. Quando você tiver preocupações sobre a educação de seu filho, é importante contar ao professor, diretor da escola, coordenador de educação especial ou outros administradores da escola. Você pode entrar em contato com o Departamento de Educação da Carolina do Sul, Serviços de Educação Especial, em 803-734- 8224 ou em <https://ed.sc.gov/>.